



BOLETIM DE COMPRAS PÚBLICAS



MINISTRO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Pedro Esteves Colnago

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Gleisson Cardoso Rubin

SECRETÁRIO DE GESTÃO

Antônio Paulo Vogel de Medeiros

SECRETÁRIO-ADJUNTO

Cassiano de Souza Alves

Diretor Departamento de Normas e Sistemas de Logística

Wesley Rodrigo Couto Lira

Diretora Central de Compras

Virgínia Bracarense Lopes

Coordenador Geral de Informações e Apoio a Logística

André Henrique dos Santos Castro

Coordenadora de Gestão da Tecnologia e Informação

Débora Gomes dos Reis

Coordenadores Técnicos

Roberto Carvalho Costa Filho
David Victor Rocha do Nascimento

Equipe Técnica

Wolmar Aguiar
Rodrigo Borges Marquez
Gustavo Rodrigues Silveira
Kolmar Kafran França de Vasconcelos
Mateus Silva Teixeira
Iara Cremonesi Endo
Jaques Mourad
Beatriz Pierri

Parceiros

Flavio Cireno Fernandes - ENAP
Pedro Lucas de Moura Palotti - ENAP
Pedro Masson Sesconetto Souza - ENAP
Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Júnior - ENAP
Samyra Lima Pereira - ENAP

PREFÁCIO

O Boletim de Compras Públicas tem como objetivo oferecer à sociedade uma análise sobre as compras públicas comparada com as medidas adotadas no âmbito do Governo Federal para redução do gasto e aumento da eficiência dos serviços prestados.

O cenário atual da economia brasileira impõe ao Governo Federal medidas que permitam a redução dos gastos e ações que aumentem a produtividade da força-de-trabalho com eficiência das despesas.

Nos últimos três anos a economia brasileira foi impactada por duas quedas do Produto Interno Bruto – PIB de -3,55%¹ em 2015 e -3,47%¹ em 2016, uma leve alta de 0,98%¹ em 2017 e indicações de aumento acima de 1,49% para 2018², o que suscitou na Administração Pública federal a necessidade de otimizar os recursos disponíveis para as despesas de custeio.

Como resultado da retração do PIB, ocorreu uma forte queda da arrecadação das receitas federais em 2016 (3,00%)³, vindo a se recuperar levemente em 2017 (0,9%)³ e uma expressiva alta de 7,74%³ nos primeiros 7 meses de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Neste contexto econômico, a atuação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão se faz presente em medidas que busquem continuamente a melhoria dos gastos e o foco na eficiência de suas contratações, sem esquecer da transparência dos dados, possibilitando a qualquer cidadão desempenhar seu papel de fiscal dos gastos públicos.

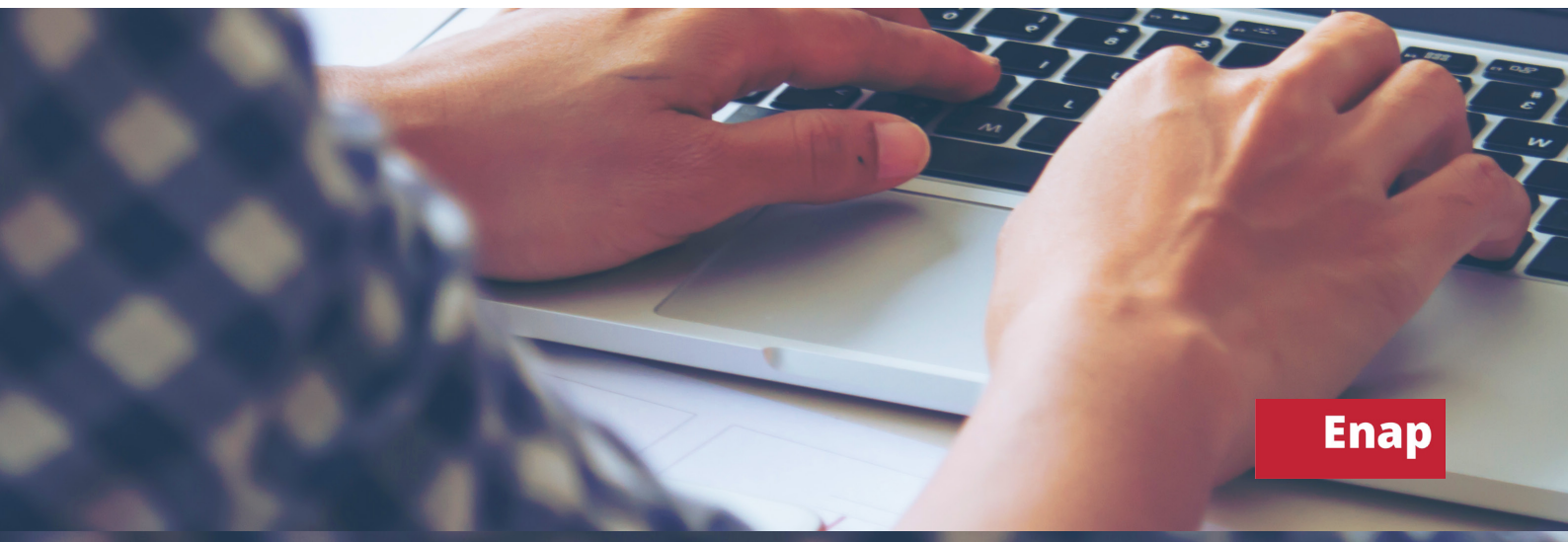
1 Extração Microdados Banco Mundial 24/09/2018.

2 Boletim Focus 06/09/2018.

3 Relatório do Resultado da Arrecadação – RFB 24/09/2018.



BOLETIM
DE COMPRAS
PÚBLICAS



SUMÁRIO

1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	06
2.	A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE COMPRAS E SUA EVOLUÇÃO.....	08
2.1.	PARTICIPANTES DO SISTEMA DE COMPRAS.....	08
2.2.	INICIATIVASIMPLEMENTADASPELA SEGES/MP PARAMELHORIA DA EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO.....	09
2.2.1.	A CENTRAL DE COMPRAS.....	09
2.2.1.1.	COMPRA DIRETA DE PASSAGENS AÉREAS.....	09
2.2.1.2.	TÁXIGOV.....	11
2.2.1.3.	ALMOXARIFADOVIRTUAL.....	12
3.	RELAÇÃO BENS E SERVIÇOS.....	13
3.1.	O SISTEMA DE COMPRAS EM NÚMEROS.....	14
3.1.1.	MATERIAIS:.....	15
3.1.2.	SERVIÇOS.....	16
3.1.3.	UTILIZAÇÃO DOS CATÁLOGOS.....	17
4.	FORNECEDORES.....	18
4.1.	ORIGEM X DESTINO DOS MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS.....	20
4.2.	PROBABILIDADE DE GANHO DO FORNECEDOR NO PROCESSO LICITATÓRIO..	22
5.	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	23
6.	AGRICULTURAFAMILIAR.....	24
7.	ANEXOS.....	26
7.1.	TABELA COM HISTÓRICO DE COMPRAS DE FORNECEDORES DENTRO DA PRÓ- PRIA UF E FORA DA UF, EM PERCENTUAL.....	26
7.2.	RELAÇÃO DE ÓRGÃOS CADASTRADOS NO SISTEMA COMPRASNET EM 2018.....	27

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

No Período de janeiro de 2007 a dezembro de 2017, as compras do Governo Federal de Entes que utilizaram o Sistema Comprasnet, movimentaram mais de R\$ 510 bilhões. Houve uma trajetória de crescimento no gasto entre 2007 e 2014, representando um aumento de 278,75% neste período. Tal aumento é reflexo, em partes, da adesão gradativa de novos Entes no sistema Comprasnet, conforme será tratado adiante. Em 2015, ocorreu um recuo de 19,92% no gasto total com compras, entretanto, nos dois anos seguintes, a trajetória ascendente dos gastos foi retomada.

Evolução do Total de Compras Públicas Registradas no Comprasnet, relacionadas com PIB e Receita Líquida Corrente (Bilhões de R\$).

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	17,56	28,42	32,21	44,13	36,25	47,70	66,51	66,52	53,27	57,60	60,43
PIB ¹	2.720,26	3.109,80	3.333,04	3.885,85	4.376,38	4.814,76	5.331,62	5.778,95	5.995,79	6.259,23	6.559,94
RCL ²	386,68	428,56	437,20	499,87	558,71	616,93	656,09	641,58	674,52	709,93	727,25
%/PIB	0,65%	0,91%	0,97%	1,14%	0,83%	0,99%	1,25%	1,15%	0,89%	0,92%	0,92%
%/RCL	4,54%	6,63%	7,37%	8,83%	6,49%	7,73%	10,14%	10,37%	7,90%	8,11%	8,31%

Obs: Somatório das compras materiais e serviços, por ano do Valor Homologado (Valores Corrente).

1- IBGE - Contas Nacionais Trimestrais

2- Tesouro Transparente

Ao analisar a evolução da Compras em relação a Receita Líquida Corrente - RCL do Governo Federal e o PIB Brasil, verificou-se que no período de 2007 a 2014, enquanto a RCL e o PIB, cresceram, em valores nominais 65,92% e 112,44% respectivamente, os gastos com compras registrados no Comprasnet, proporcional a quantidade de Órgãos Superiores que utilizavam o Sistema, cresceu 136,04%. Em média as compras representaram 7,86% da RCL no período 2007 a 2017.

Quando passa-se a comparar as compras com o PIB brasileiro, observou-se que, em média, elas representaram 0,96% no período de 2007 a 2017. Tal percentual, que aparentemente parece desprezível, se mostra mais relevante quando a análise passa a ser realizada por Unidade Federativa.

Assim, em relação aos Estados brasileiros, verificou-se que dentre os participantes da Rede Nacional de Compras Públicas, levando-se em conta os registros no Comprasnet, o Distrito Federal é o Estado onde foi registrado o maior valor de compras em relação ao PIB, 6,55% em 2017, e São Paulo o menor com 0,10% no mesmo ano.

Tais números refletem a concentração⁴ de Órgãos Centrais no DF, o que não necessariamente indicam que os bens e serviços adquiridos foram destinados ao Distrito Federal, como é o caso das aquisições do FNDE, entretanto, ainda assim, os gastos e os percentuais verifi-

⁴ Esse boletim, foi elaborado apenas com os dados constantes no Comprasnet, que só contempla os valores adquiridos por entes da União, não contemplando, ainda, os Parceiros da rede nacional de compras públicas, quer sejam Empresas Públicas ou Unidades da Federação.

cados no DF são expressivamente superiores as demais Unidades da Federação, com exceção de Roraima, que em média teve a maior proporção.

Participação percentual das Compras Públicas⁵ Registradas no Comprasnet sobre o PIB Estadual nos anos de 2015 e 2017 (Milhões de R\$).

Estados	% - 2015	% - 2016	% - 2017	Ranking PIB Brasil
SP	0,12%	0,14%	0,10%	1
RJ	1,54%	1,54%	1,19%	2
MG	0,34%	0,35%	1,44%	3
RS	1,00%	1,21%	0,69%	4
DF	5,57%	5,90%	6,55%	8
MT	1,09%	0,47%	0,97%	14
PR	0,24%	0,28%	0,29%	5
SC	0,43%	0,31%	0,29%	6
BA	0,59%	0,61%	0,44%	7
GO	0,34%	0,39%	0,29%	9
PE	0,80%	0,84%	1,04%	10
PA	2,79%	2,11%	1,61%	11
CE	2,87%	2,12%	2,36%	12
ES	0,37%	0,34%	0,23%	13
AM	2,19%	4,09%	2,34%	15
MS	1,67%	1,34%	1,39%	16
MA	1,01%	1,23%	1,49%	17
RN	1,54%	1,84%	1,97%	18
PB	1,04%	0,84%	0,56%	19
AL	0,50%	0,50%	0,60%	20
PI	0,77%	1,27%	0,97%	21
SE	0,32%	0,38%	0,47%	22
RO	4,13%	5,46%	3,49%	23
TO	0,96%	1,08%	1,33%	24
AP	0,94%	0,97%	0,67%	25
AC	1,71%	1,52%	2,96%	26
RR	5,12%	6,84%	8,65%	27

Obs.: Estados Classificados pelo Ranking PIB nacional em 2015.

Fontes: DW Comprasnet; IBGE, PIB por Estado em 2015 projetado para 2016 e 2017.

Verificou-se que o Estado do Rio de Janeiro é o segundo, dentre os Estados da Rede, no ranking de compras públicas sobre PIB estadual, com o percentual de 1,42%, seguido do Estado do Rio Grande do Sul com 0,96%, ambos percentuais são a média de 2015 a 2017.

Em relação a Minas Gerais, verificou-se um aumento substancial na relação analisada de 2015 para 2017, já o Estado do Mato Grosso apresentou uma redução em 2016, retornando ao padrão anterior em 2017.

Em relação aos Estados não participantes da Rede e levando-se em conta o critério de maiores compras públicas nos anos de 2015 a 2017, verificou-se que os Estados de Roraima e Rondônia, são os que possuem os maiores percentuais com 6,87% e 4,36%, respectivamente.

5 Ratifica-se o fato de que o valor das compras registradas no Comprasnet, a elaboração deste boletim, só contempla os valores adquiridos por entes da União, não contemplando os Parceiros da rede nacional de compras públicas, quer sejam Empresas Públicas ou Unidades da Federação.



2. A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE COMPRAS E SUA EVOLUÇÃO

O Sistema de Compras Governamentais, formalmente denominado de Sistema de Serviços Gerais – SISG, tem como objetivo dinamizar o processo de compras públicas, proporcionando maior eficiência, transparência e controle do gasto público, além de benefícios econômicos com ganhos de escala e escopo.

Nos últimos 3 anos o surgimento do Painel de Preços, como evolução dos sistemas/processos de pesquisa de preços, até então disponíveis, trouxe para o setor público uma ferramenta de alta confiança e fácil utilização, proporcionando uma maior agilidade no processo de compras tanto para compradores como para fornecedores.

2.1. PARTICIPANTES DO SISTEMA DE COMPRAS

Em 2007, utilizaram o Sistema de Compras, 1.870 Unidades Administrativas de Serviços Gerais – UASG, unidades estas que são responsáveis por compras dos seus respectivos órgãos. Tal quantidade foi gradativamente evoluindo e, atualmente, 2.451 UASGs já fazem uso do sistema.

Nesse intervalo, algumas variações negativas são justificadas pelas reformas ministeriais ocorridas no período que, por diversas vezes, agruparam secretarias e/ou departamentos, bem como são também decorrentes do movimento de centralização de determinadas famílias de bens e serviços de uso comum das compras públicas. Assim, ao passo em que houve um aumento no número de UASGs, houve uma redução de aproximadamente metade na quantidade de UASGs por Órgão Superior.

Evolução do Número de Órgãos SISG e Não SISG dentro do Sistema de Compras.

Ano	Órgão Superior ⁶	UASG ⁷	UASG/OS
2007	43	1870	43
2008	43	2028	47
2009	44	2105	48
2010	49	2279	47
2011	53	2321	44
2012	55	2413	44
2013	62	2556	41
2014	69	2646	38
2015	78	2607	33
2016	90	2681	30
2017	98	2735	28
2018 ⁸	112	2451	22

Fonte: Painel de Compras Governo Federal

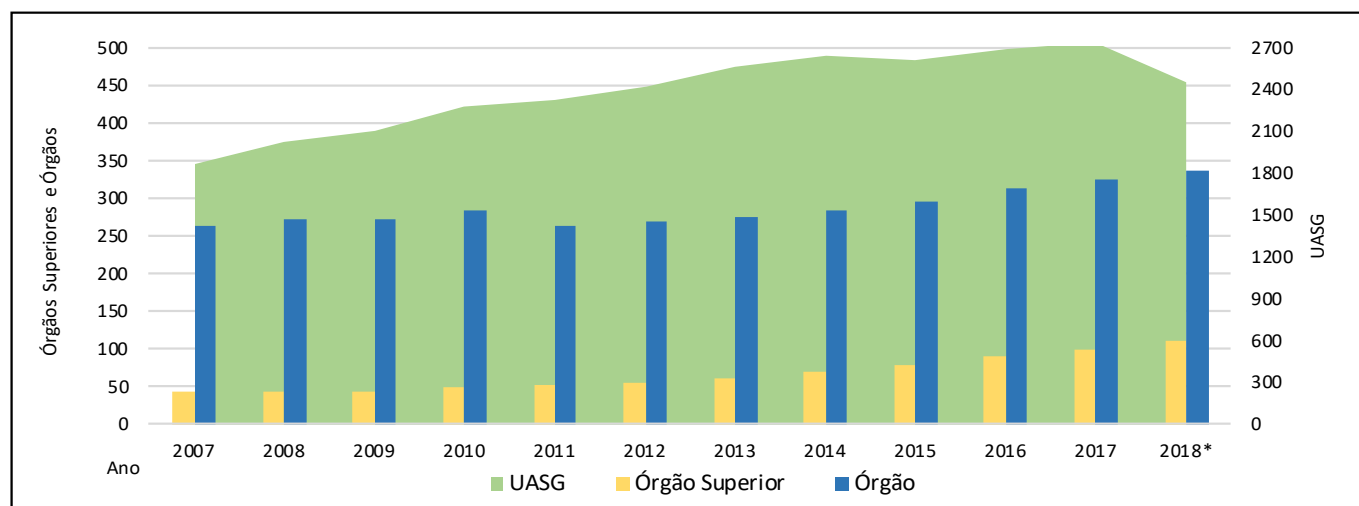
6 Nível mais concentrado disponível no Sistema Comprasnet. Anexo: Relação de órgãos no Sistema Comprasnet em 2018.

7 Nível mais desconcentrado da Unidade onde é realizada Compra. Ex: MEC > Colégio Pedro II > Campus Centro.

8 Os dados referentes a 2018 contemplam as compras até o dia 31/08/2018, inclusive.

O gráfico a seguir, demonstra a evolução de UASGs utilizando o Sistema de Compras, e vem corroborar o sucesso desse sistema como ferramenta desburocratizadora do processo de compras públicas.

Evolução da quantidade de Órgãos Superiores, Órgãos e UASG que utilizaram o Sistema de Compras Governamentais.



*Os dados referentes a 2018 contemplam as compras até o dia 31/08/2018, inclusive.
Fonte: Painel de Compras Governo Federal

2.2. INICIATIVAS IMPLEMENTADAS PELA SEGES/MP PARA MELHORIA DA EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO

2.2.1. A CENTRAL DE COMPRAS

Em 2014, foi criada a Central de Compras (CENTRAL), com o objetivo de atuar na aquisição, contratação, alienação e gestão centralizadas de bens e serviços de uso comum entre os órgãos da administração pública federal.

A Central de Compras realizou em torno de 15 procedimentos de licitação e contratação de variados objetos, que representaram aproximadamente R\$ 2,4 bilhões entre redução de gastos e geração de receitas para o Governo Federal, sem contar a expressiva redução de processos e a desoneração das unidades de compras com realocação de equipes que antes se incumbiam dessas atividades.

2.2.1.1. COMPRA DIRETA DE PASSAGENS AÉREAS

A Administração Pública Federal – APF vinha utilizando o modelo de aquisição de passagens aéreas intermediada por agências de viagens.

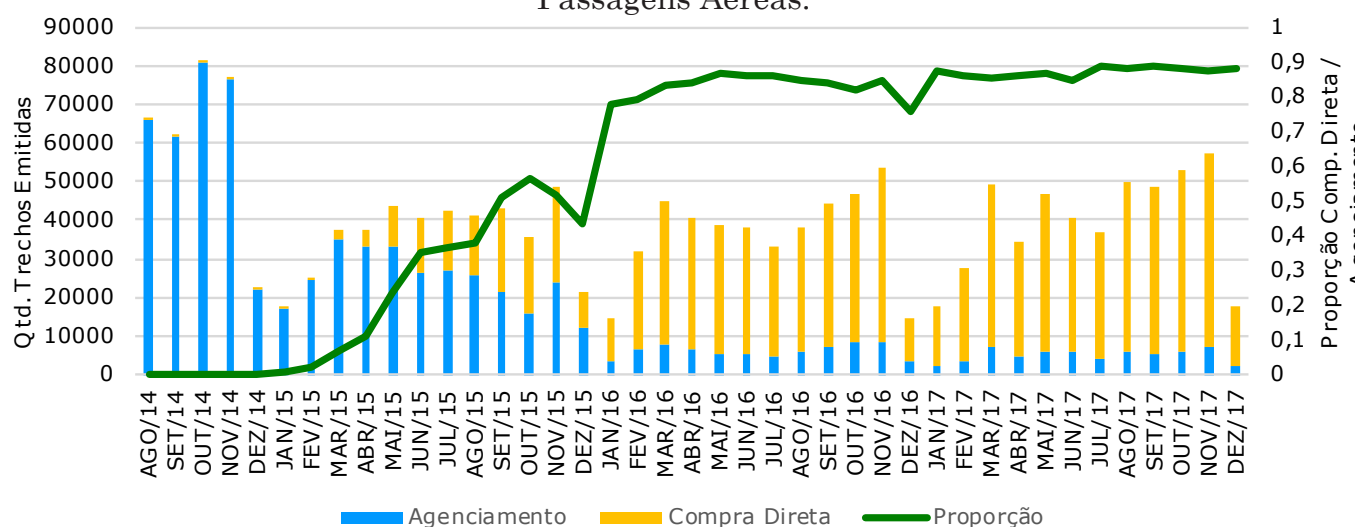
Tal estratégia implicava, para cada órgão/entidade, ônus processual quanto à negociação, pactuação e gestão de contratos com agências de viagens, que somados atingiam mais de 600 contratos no âmbito da APF. Neste modelo restava aos órgãos e unidades da APF apenas a escolha dentre os voos disponibilizados pela agência.

Diagnóstico da CENTRAL, constatou que entre julho/2013 a junho/2014 foram emitidos 642.456 bilhetes, somando R\$ 462.614.111,64, distribuídos entre bilhetes domésticos e internacionais.

Iniciada em 2014, a Compra Direta, possibilitou uma migração para uma relação direta com as companhias aéreas, com aplicação de descontos sobre as tarifas, reservas de assentos e acesso aos seus sistemas de informação.

Por meio de um buscador de passagens acoplado ao SCDP (Sistema de Concessão de Diárias e Passagens), o modelo implementado reproduziu a prática usual de aquisição de passagens aéreas pelo cidadão comum.

Evolução da Modalidade “Compra Direta” na Quantidade de Trechos Emitidos de Passagens Aéreas.

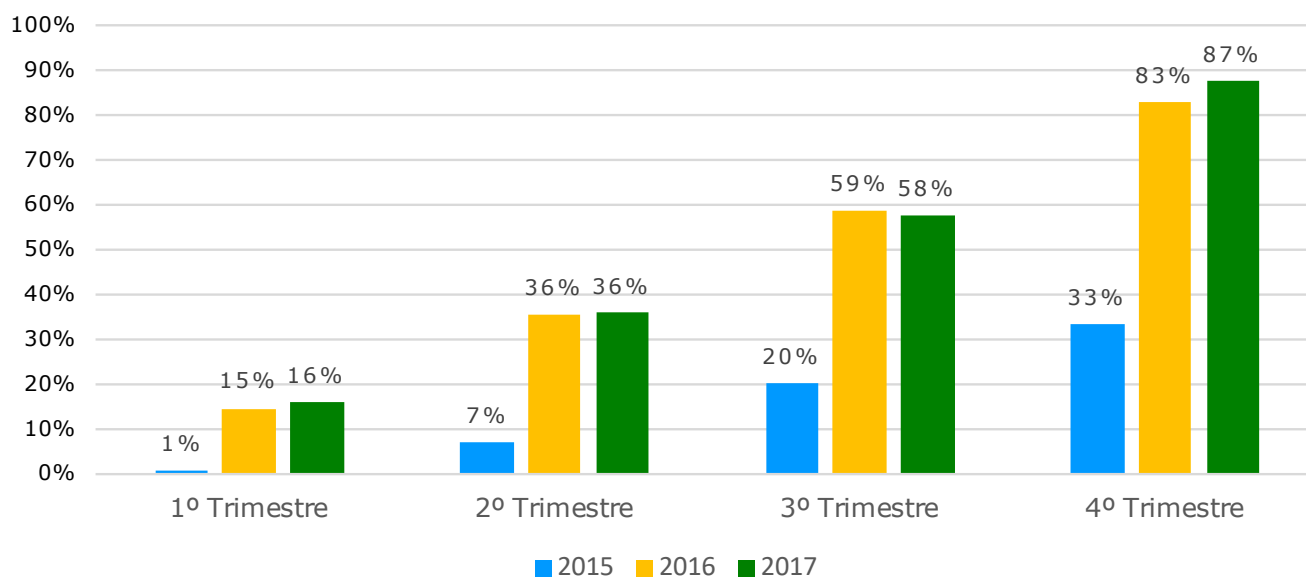


Fonte: Extração DW SCDP

Ganhos significativos de transparência e melhoria da gestão foram obtidos, o que foi ratificado pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU), em seu 3º Concurso de Boas Práticas, ao premiá-lo na categoria Aprimoramento de Controles Internos.

Utilizada pela quase totalidade das unidades emissoras de passagens do Poder Executivo federal, a compra direta proporcionou uma redução de 18,68% nos preços pagos, o que equivaleu a mais de R\$ 41 milhões entre os anos 2015-2017.

Economia anual acumulada pelo Projeto de Compra Direta



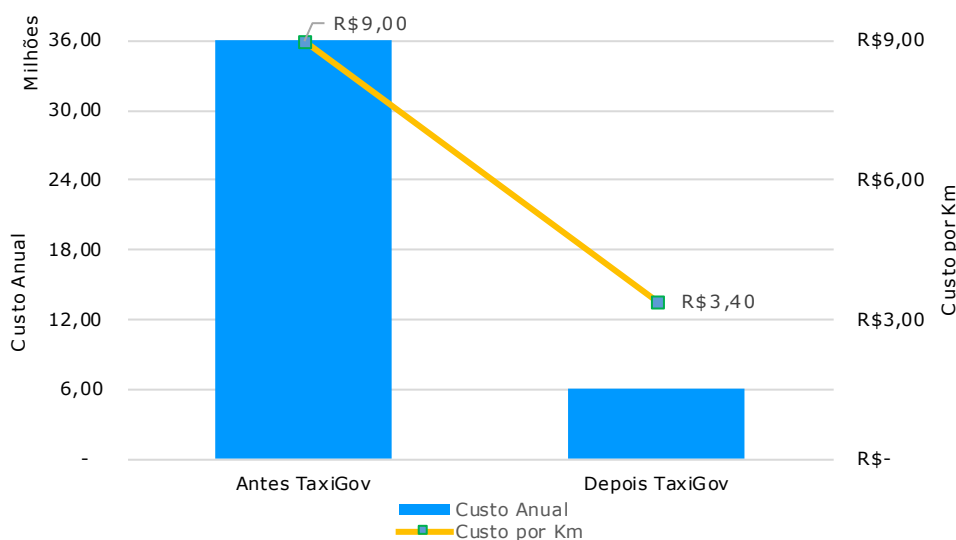
Fonte: Extração DW SCDP

Para atendimento às demandas residuais (internacionais, regionais e atendimento em horários excepcionais ou situações emergenciais), a Central de Compras realizou licitações centralizadas para uma única agência de viagens, padronizando o serviço para os órgãos e entidades e promovendo redução do custo em função da agregação de demanda.

2.2.1.2. TÁXIGOV

O TáxiGov surgiu de um modelo de substituição dos carros alugados e próprios da Administração Pública federal no Distrito Federal por táxis, no atendimento à necessidade de deslocamentos para fins administrativos, pagando-se apenas pela efetiva utilização.

Economia proporcionada pelo TaxiGov, comprada ao modelo anterior.



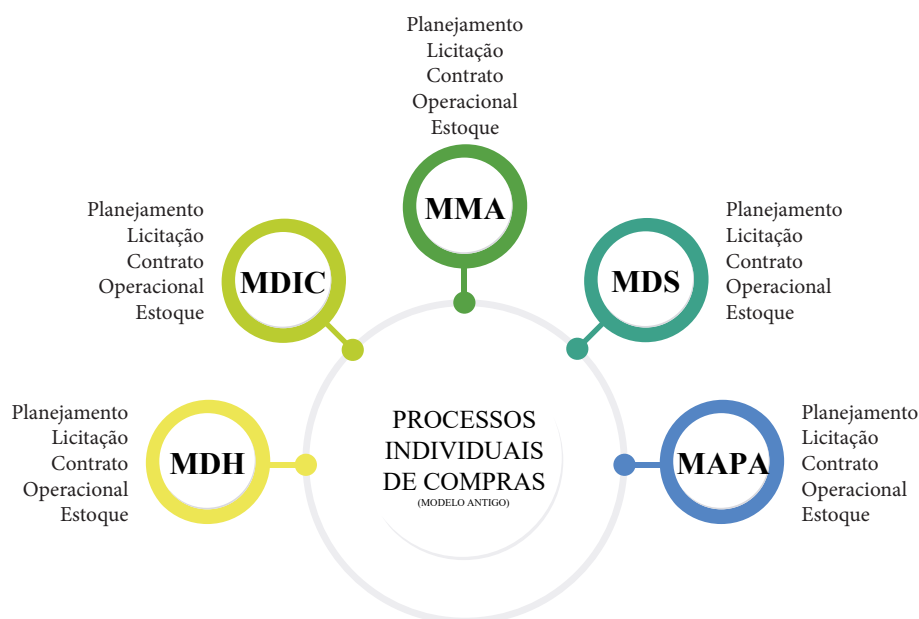
Fonte: Extração SCDP

O modelo anterior de transporte de servidores no DF resultava em um custo médio por quilometro útil rodado de R\$ 9,00. O custo anual para sustentar essa demanda girava em torno de R\$ 36 milhões⁹. Em 20 meses de operação (de março a outubro de 2018), o modelo do TaxiGov contabilizou mais de 240 mil corridas, 14 mil servidores atendidos, e 1,8 milhão de quilômetros percorridos, a um gasto de R\$ 6,13 milhões.

2.2.1.3. ALMOXARIFADO VIRTUAL

Trata-se de novo modelo de suprimento de materiais de consumo administrativo para atender às unidades da APF localizadas no DF. Os serviços prestados se referem ao processo logístico de fornecimento de suprimentos de escritório, tais como armazenamento, separação e distribuição às unidades.

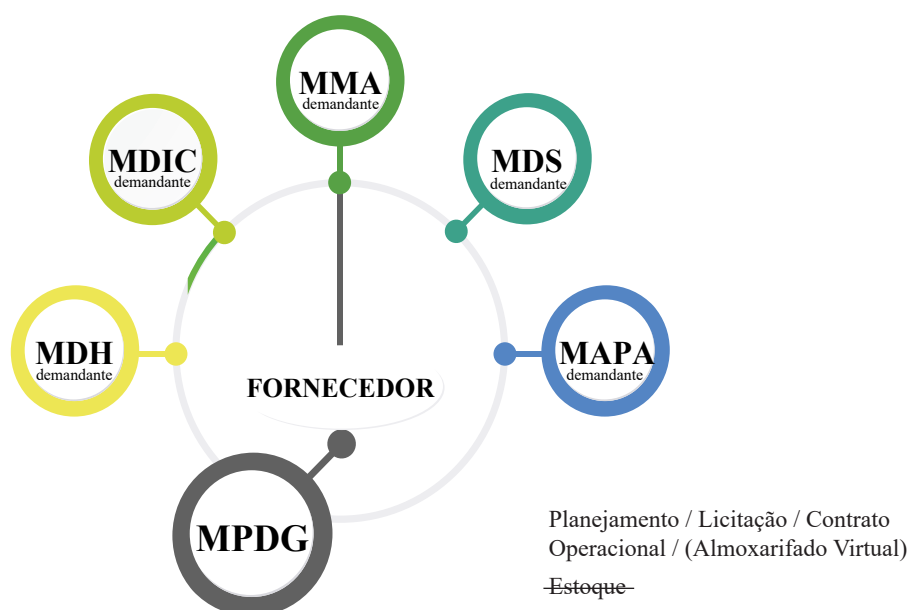
Antes da implantação do modelo, cada órgão dispunham de almoxarifados e equipe dedicada à separação e distribuição dos materiais às suas unidades, com baixa utilização de recursos de Tecnologia da Informação. Os custos efetivos dos materiais ultrapassavam em 2 vezes o valor de sua aquisição. Ou seja, dos R\$ 18,9 milhões/ano gastos pela Administração direta no DF, 66% desse valor equivalia a custos administrativos¹⁰.



No novo modelo, conta com inúmeras vantagens como: a padronização dos materiais; ganhos econômicos, acompanhamento em tempo real dos pedidos; fácil obtenção de informações gerenciais para controle e monitoramento. As unidades organizacionais passarão a ser supridas no modelo just-in-time. A tendência, no médio e longo prazo, é de que os níveis de estoque sejam significativamente reduzidos, assim como as perdas por dimensionamento ou armazenamento inadequados.

⁹ Esse valor engloba: locação de veículos, manutenção, seguro e abastecimento, não contabilizados custos de aquisição e garagem (e sem serem computados os gastos com os veículos institucionais – que atendiam autoridades como Secretários, Diretores e Presidentes de autarquias e fundações).

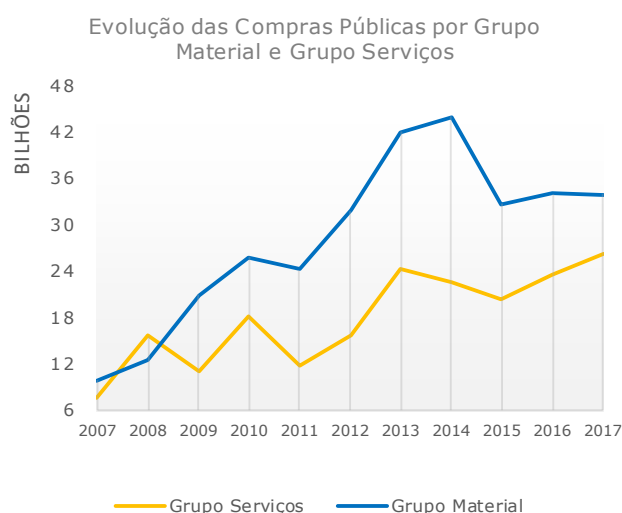
¹⁰ Como, por exemplo: a realização de processos licitatórios, pessoal alocado em atividades afins e espaço físico para armazenamento).



Sua implantação teve início no dia 1º de outubro deste ano, em dez órgãos, estimando-se uma redução da ordem de 68% nas despesas de materiais de expediente e suprimentos de informática. A 2ª fase de implantação tem previsão para o primeiro bimestre de 2019.

3. RELAÇÃO BENS E SERVIÇOS

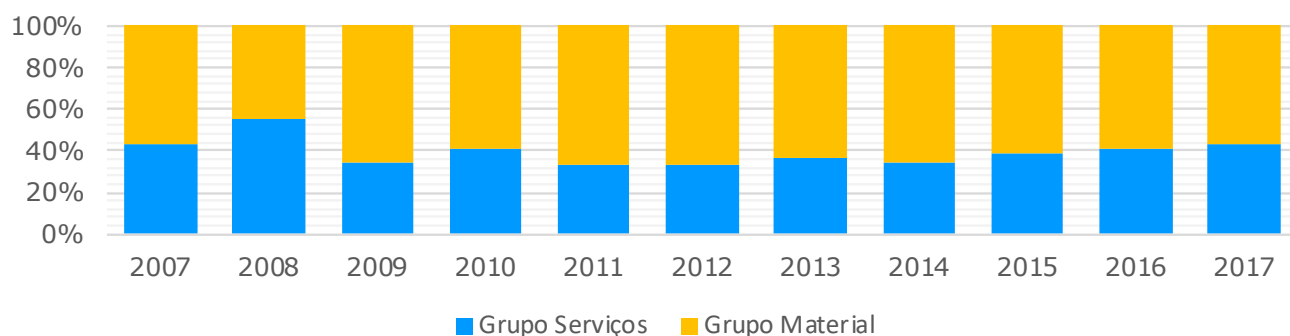
Ano	Valor Total Homologado	
	Grupo Material	Grupo Serviços
2007	9.947.794.823,09	7.616.279.687,78
2008	12.703.229.864,27	15.718.632.602,42
2009	21.006.883.882,03	11.200.611.250,45
2010	25.944.467.384,66	18.182.033.755,08
2011	24.288.611.406,59	11.959.575.468,69
2012	31.883.184.434,26	15.811.929.013,37
2013	42.064.813.167,50	24.446.230.741,24
2014	43.985.666.664,42	22.539.061.117,18
2015	32.774.913.030,56	20.499.757.959,83
2016	34.058.860.755,96	23.541.093.169,80
2017	34.035.302.892,16	26.390.895.555,97



Fonte: DW Comprasnet

No período de 2007 a 2017, verificou-se que a maior partes dos gastos registrados no Comprasnet, são decorrentes da aquisição do Grupo Material, ou seja, bens de consumo e de capital, sejam eles duráveis, semi-duráveis ou não-duráveis. As compras do Grupo Material no período de 2011 a 2014 foram em média, aproximadamente, o dobro do Grupo Serviços, em virtude de uma série de aquisições principalmente do Subgrupo referente a Equipamentos e Artigos para Uso Médico, Dentário e Veterinário adquiridos em sua maioria pelo Ministério da Saúde, bem como uma grande aquisição de combustível para geração de eletricidade pelas Usinas Termelétricas.

Valor Total Homologado

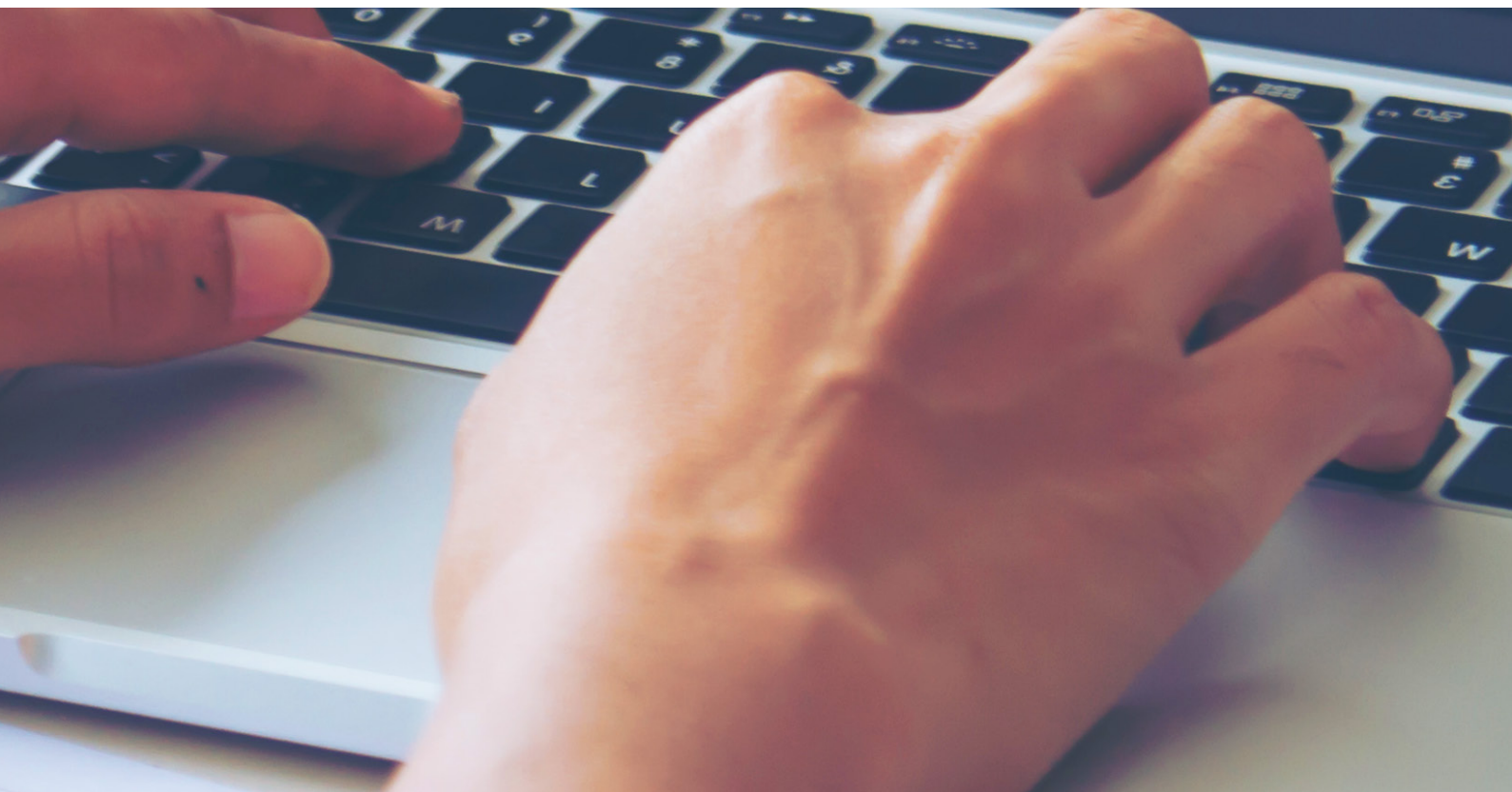


Fonte: DW Comprasnet

Em termos percentuais, verificou-se que a média anual do período 2007-2017 de gastos do Grupo Material ficou em 60,50% e do Grupo Serviços em 39,50%, ambos com um desvio padrão de 6,27% e variância 0,39% no mesmo período. Podemos compreender que os gastos públicos mantêm uma homogeneidade em sua série histórica no que se refere às despesas com Material e Serviços, apresentando esporádicas dispersões identificadas em análises mais apuradas.

3.1. O SISTEMA DE COMPRAS EM NÚMEROS

Para demonstrar a relevância do Sistema de Compras em termos numéricos, buscou-se apresentar os 10 maiores Grupos de Materiais e Grupos de Serviços, em Valores Totais Homologados no ano referência de 2017.



3.1.1. MATERIAIS:

Em relação aos Grupos Materiais, destacou-se com os maiores valores homologados, o Grupo referente a compras hospitalares que em grande parte foram adquiridas através do Ministério da Saúde, em sua maioria medicamentos.

Grupo Material	EQUIPAMENTOS E ARTIGOS PARA USO MÉDICO, DENTÁRIO E VETERINÁRIO	SUBSISTÊNCIA	INFORMÁTICA - EQUIPAMENTOS, PEÇAS, ACESSÓRIOS E SUPRIMENTOS DE TIC	MOBILIÁRIOS	VEÍCULOS	CONDUTORES ELÉTRICOS E EQUIP PARA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	UTENSÍLIOS E UTILIDADES DE USO DOMÉSTICO E COMERCIAL	COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES, ÓLEOS E CERAS	RECIPIENTES E MATERIAIS PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO	
Valor Total Homologado (Milhões)	2007	2.306,51	645,09	1.232,73	264,63	625,72	97,45	81,23	1.142,77	55,32	440,68
	2008	2.769,48	809,11	1.451,00	383,00	1.037,44	176,72	96,45	657,33	87,33	912,98
	2009	3.498,76	968,56	3.033,70	828,71	1.748,21	242,83	62,90	696,91	103,14	1.531,56
	2010	3.458,00	1.255,17	3.213,23	2.713,10	1.930,23	376,51	94,99	1.002,35	182,85	1.005,91
	2011	4.148,02	2.496,55	1.918,35	1.129,15	1.577,98	299,92	114,44	814,03	182,92	860,43
	2012	4.797,27	2.117,82	3.478,00	1.275,29	5.929,31	510,32	184,30	664,58	280,65	1.085,37
	2013	6.722,85	2.718,71	4.537,76	2.472,19	3.039,56	536,15	1.277,49	931,15	279,89	902,90
	2014	8.213,25	3.097,41	4.726,23	1.524,74	4.059,71	618,68	392,82	797,87	494,93	945,37
	2015	9.081,42	3.729,73	2.868,94	1.853,12	1.066,60	471,01	232,33	580,11	442,80	770,37
	2016	9.894,14	4.465,54	2.612,51	1.496,41	1.866,85	470,47	428,80	934,31	559,29	760,48
2017	9.844,13	3.440,74	2.797,29	2.173,43	1.667,13	1.142,42	885,51	812,09	793,42	632,45	

Obs.: Valores Homologados. Outliers corrigidos pela mediana dos 2 anos anteriores e 2 anos posteriores.
Fonte: DW Comprasnet

Outro ponto interessante a ser destacado é a ocorrência do Grupo Combustíveis, Lubrificantes Óleos e Ceras. O Grande volume de recursos apresentados por este grupo são em decorrência da aquisição de Óleo Diesel destinado as Usinas Termelétricas.

No que tange as compras do grupo veículos, em que pese o grande sucesso do TaxiGov em 2017, a maior parte das compras são referentes a aquisições dos três Comandos Militares, decorrentes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Equipamentos) que teve por objeto o reaparelhamento das Forças Armadas¹¹.

¹¹ <http://www.pac.gov.br/infraestrutura-logistica/defesa>

3.1.2. SERVIÇOS

Verificou-se com relação aos Serviços, dos dez maiores Grupos de Serviços por Valor Total Homologado em 2017, pode-se agrupá-los em dois grandes grupos quais sejam: Pessoal e Engenharia.

No que tange o Grupo Pessoal, podemos classificar como o posicionamento estratégico da Administração pública em concentrar as contratações de novos servidores públicos para as atividades finalísticas dos órgãos¹² e no grupo engenharia as grandes contratações de engenharia originárias a partir de 2007 em razão do programa de Aceleração do Crescimento - PAC¹³.

Grupo Serviço		OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA	SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS	TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO	SERVIÇOS DE LIMPEZA	OUTROS SERVIÇOS DE NEGÓCIOS, TÉCNICOS E PROFISSIONAIS	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO (À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	SERVIÇOS DE AGÊNCIAS DE EMPREGOS E FORNECIMENTO DE PESSOAL
Valor Total Homologado (Milhões)	2007	369,90	101,03	195,52	8,55	183,57	208,73	158,88	56,18	42,42	172,85
	2008	336,71	288,95	335,18	26,49	284,48	217,75	207,89	130,76	235,58	183,50
	2009	527,24	283,68	404,51	32,35	857,39	628,38	309,62	337,36	134,07	209,98
	2010	859,78	1.095,95	569,23	105,27	655,73	1.402,96	504,37	646,72	337,08	316,87
	2011	684,57	912,75	636,00	60,74	643,59	1.039,01	457,84	583,14	497,98	348,13
	2012	1.612,14	772,57	677,29	2.256,04	1.086,73	1.279,40	517,10	635,24	350,45	446,14
	2013	1.499,72	2.595,68	996,38	1.447,29	1.203,59	1.613,87	609,46	1.091,87	748,35	608,87
	2014	1.472,26	1.572,57	1.240,69	1.038,81	1.175,34	2.441,89	932,38	1.129,97	481,34	844,95
	2015	1.802,63	1.316,16	1.084,99	1.405,27	1.189,46	2.003,31	937,94	903,58	558,53	1.243,70
	2016	1.359,12	1.431,23	1.334,47	1.225,65	1.173,84	1.889,54	2.592,92	881,62	690,22	862,43
	2017	2.306,25	2.226,77	1.665,25	1.604,30	1.425,43	1.324,95	892,64	863,20	765,44	740,13

Obs.: Valores Homologados. Outliers¹⁴ corrigidos pela mediana dos 2 anos anteriores e 2 anos posteriores.
Fonte: DW Compranet

É importante esclarecer que Grupo de Serviço que apresentou o maior valor total homologado, outros Serviços de Suporte, agrupou serviços que abrangem de Serviços de Informática à Operação com Embarcações. Este grupo passou por um revisão em 2018 e os Serviços de Informática passaram a ser classificados em grupo próprio: Serviços de Tecnologia da informação e Comunicação.

¹² Instrução Normativa nº 02, de 30 de Abril de 2008 - Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não.

¹³ <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>

¹⁴ Outliers são valores absurdamente discrepantes em relação aos demais valores da série.

3.1.3. UTILIZAÇÃO DOS CATÁLOGOS

O Sistema de Compras possui dois catálogos referentes aos Grupos Material e Serviços, conhecidos como CATMAT e CATSER, respectivamente. O catálogo referente ao Grupo Material possuía uma relação de 265.604 itens, que após uma higienização no início de 2018 passou a contar com 192.857 itens. Já o CATSER mantém sua composição inicial com 2.664 itens ativos.

Itens utilizados no CATMAT e CATSER

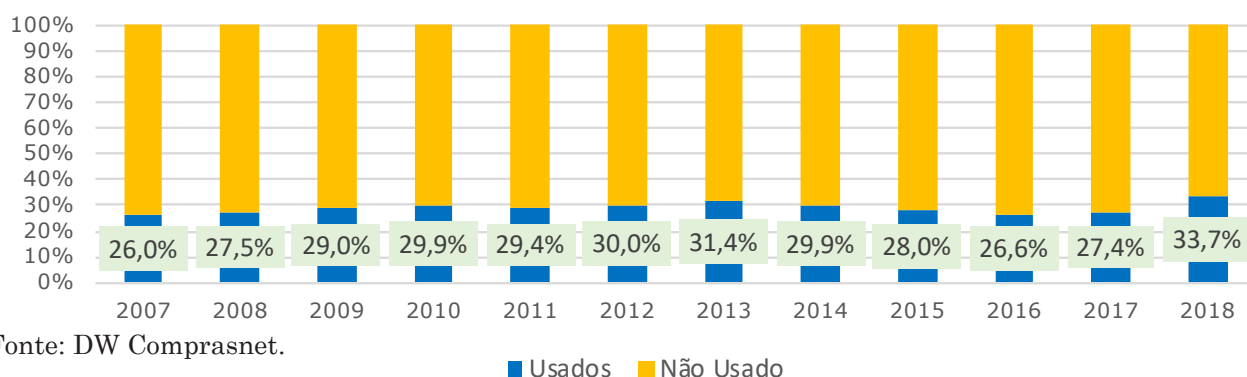
Itens Utilizados do Catálogo						
Ano	CATSERV			CATMAT		
	Total ¹	Ocorrência ²	Usado/tot.	Total ¹	Ocorrência ²	Usado/tot.
2007	2.664	1.051	39,5%	265.604	69.008	26,0%
2008	2.664	1.176	44,1%	265.604	72.933	27,5%
2009	2.664	1.224	45,9%	265.604	77.105	29,0%
2010	2.664	1.254	47,1%	265.604	79.379	29,9%
2011	2.664	1.253	47,0%	265.604	78.187	29,4%
2012	2.664	1.323	49,7%	265.604	79.794	30,0%
2013	2.664	1.365	51,2%	265.604	83.466	31,4%
2014	2.664	1.332	50,0%	265.604	79.507	29,9%
2015	2.664	1.311	49,2%	265.604	74.243	28,0%
2016	2.664	1.275	47,9%	265.604	70.581	26,6%
2017	2.664	1.326	49,8%	265.604	72.662	27,4%
2018	2.664	1.318	49,5%	192.857	65.034	33,7%

1 Total de Itens Ativos nos Catálogos em SET/2018. Não há histórico. Em 2018, foram inativados mais de 47.500 itens não adquiridos até maio de 2016.

2 Total inclui todos os registros no ano, independente de vlr. homologado.

Dentre os itens constantes no CATMAT, constatou-se a utilização média de apenas 29,1% desses itens. Tal fato foi um dos fatores que geraram a retirada de mais de 47.500¹⁵ itens que até maio de 2016 não foram utilizados em nenhuma compra. A média confirma, ainda, a necessidade de continuidade no processo de higienização do CATMAT, o que já está ocorrendo.

Evolução percentual da utilização dos itens do CATMAT

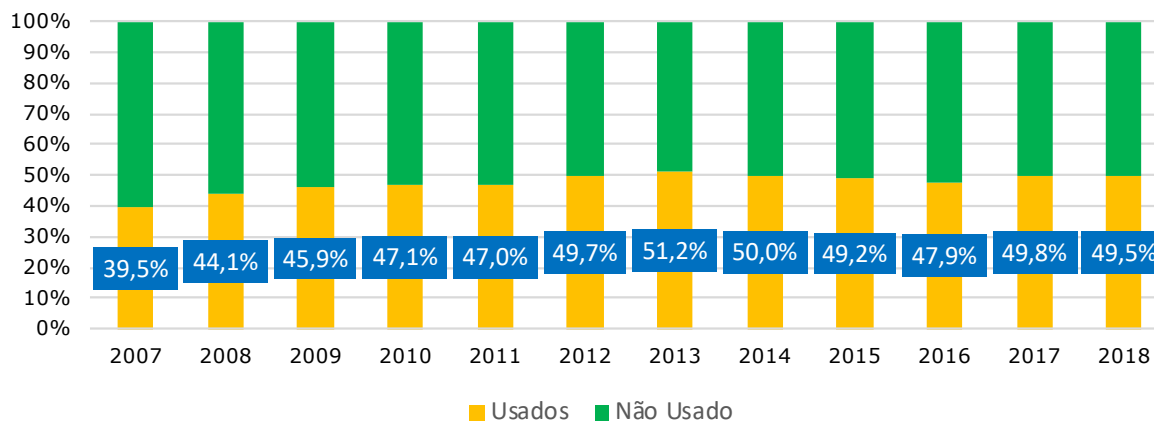


Fonte: DW Comprasnet.

¹⁵ Informação interna DELOG/MP.

Com relação ao CATSER, identificou-se uma média maior em relação a utilização do catálogo 47,6%. Tal média, ao contrário do CATMAT, pode ser explicada pela contratação de serviços cujo período contratual possui prazo maior que 1 ano fiscal. Portanto, a depender do período contratado, um determinado Grupo de Serviço pode passar um ou mais anos sem gerar ocorrência no sistema.

Evolução percentual da utilização dos itens do CATSER'



Fonte: DW Comprasnet

4. FORNECEDORES

Em todos os anos analisados verificamos um aumento significativo de novos fornecedores cadastrados, com ênfase nos anos iniciais da amostra. Nos últimos 10 anos o número de fornecedores cadastrados saltou de 16.950 para 252.194, representando um aumento de 15 vezes a quantidade inicial. Tal fato é justificado pelo avanço da tecnologia que permitiu a inserção de melhorias na operação do sistema bem como a facilitação do cadastramento/habilitação para novos fornecedores.

Quantitativo de Fornecedores Cadastrados no Comprasnet.

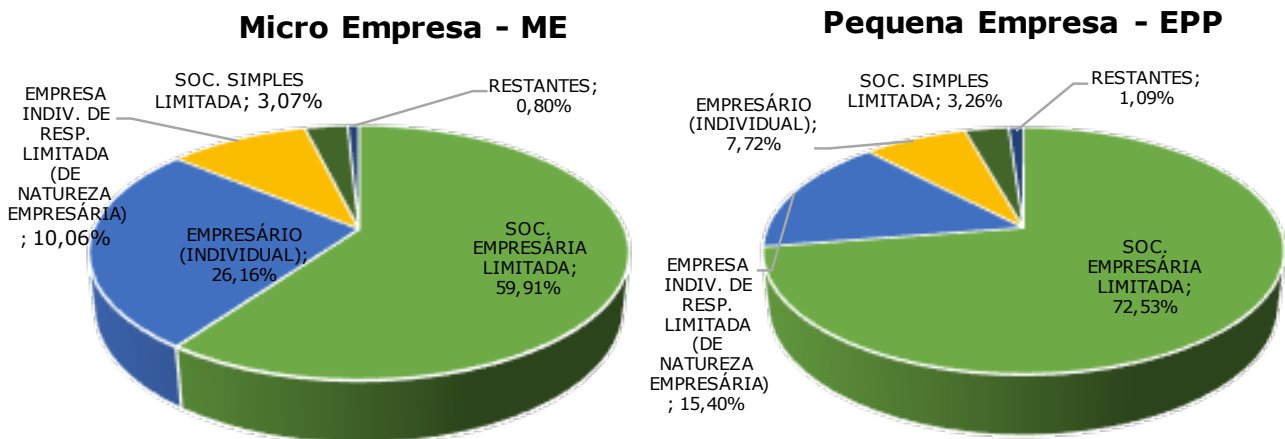
Ano	Total de Forneced.	Micro Empresas (ME)	Pequenas Empresas (EPP)	Outros (Demais)	Pessoas Física	Pessoas Jurídica	Estrang.
2007	16.950	7.610	5.304	4.036	2.095	14.853	2
2008	35.753	18.984	9.105	7.664	3.612	32.134	7
2009	57.205	31.885	13.244	12.076	5.566	51.630	9
2010	75.768	42.533	16.945	16.290	7.116	68.639	13
2011	103.195	54.481	21.358	27.356	13.535	89.643	17
2012	128.163	65.568	25.489	37.106	19.060	109.086	17
2013	153.810	77.187	29.735	46.888	24.651	129.139	20
2014	179.546	87.899	33.525	58.122	31.833	147.689	24
2015	200.669	98.137	37.125	65.407	35.924	164.720	25
2016	219.213	107.590	40.417	71.206	38.981	180.204	28
2017	240.180	118.830	44.150	77.200	41.839	198.310	31
2018*	252.194	125.308	45.973	80.913	43.631	208.526	37

Fonte: Painel de Compras Governo Federal

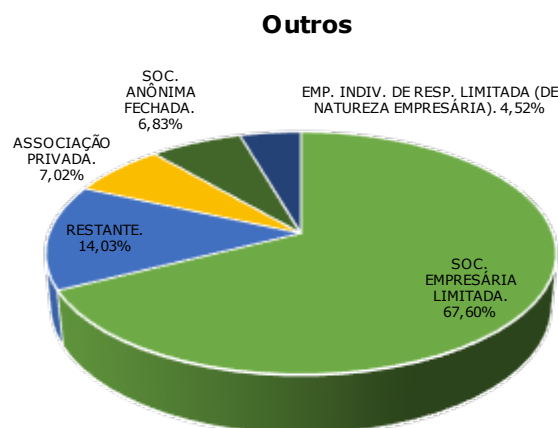
Obs.: Total de Empresas Cadastradas no Sistema Comprasnet.

Os dados do Sistema Comprasnet utilizam como referência a classificação da Receita Federal¹⁶ para o porte da Empresa (Micro Empresa – ME; Empresa da Pequeno Porte – EPP; e Demais).

Dentro do grupo ME: 59,91% das Empresas possuem Natureza Jurídica de Sociedade Empresária Limitada; 26,16% Empresário Individual; 10,06% Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (De Natureza Empresária); 3,07% Sociedade Simples Limitada; e 0,8% os demais tipos de natureza jurídica.



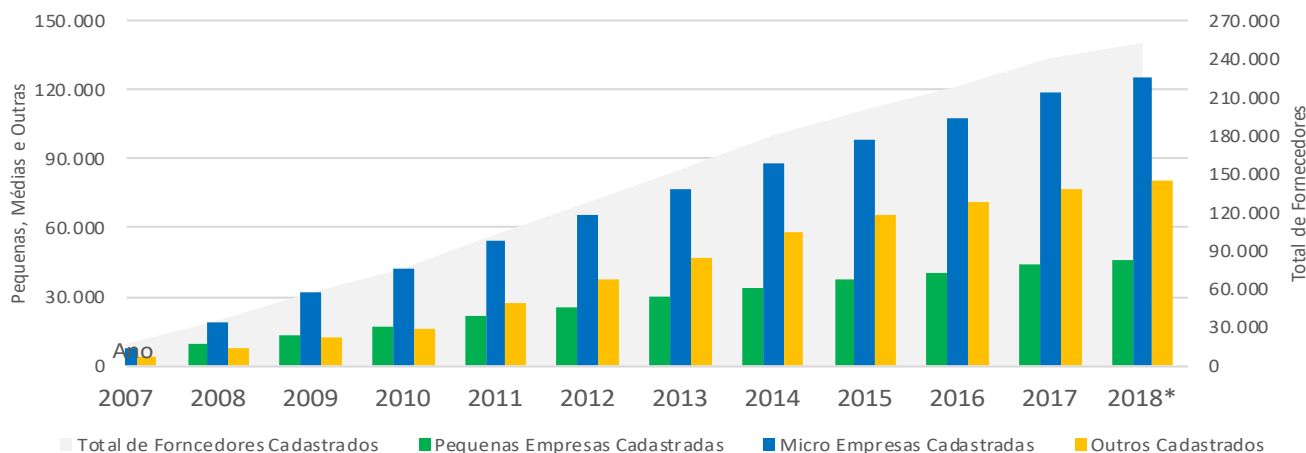
Ainda em relação a Natureza Jurídica das empresas pertencentes ao grupo EPP, verificou-se semelhança quanto as 4 primeiras colocações apresentadas pelo grupo ME, diferenciando na ordem da segunda e terceira colocação, bem como no maior percentual de participação das Sociedade Empresária Limitada com 72,53%. Assim, tanto no grupo ME, quanto no EPP, as empresas se concentram, aproximadamente 99%, em apenas 4 naturezas jurídicas distintas.



Avaliando, agora o quantitativo de empresas pelo Porte, o gráfico a seguir demonstra que as Micro Empresas cresceram, proporcionalmente, mais que as pequenas empresas.

16 https://www38.receita.fazenda.gov.br/cadsincnac/jsp/coleta/ajuda/topicos/Porte_da_Empresa.htm

Evolução da quantidade de fornecedores no Comprasnet por Porte.



Fonte: DW Comprasnet

O aumento da participação das Micro Empresas no total de compras, é justificado em partes em virtude de incentivos governamentais para Micro Empresas participarem cada vez mais dos pregões, bem como programas direcionados a Microempreendedores Individuais, que tiveram sua participação nas compras significativamente ampliada¹⁷.

De importante relevância, foi o crescimento constante da participação das ME's, EPP's e PF's nos processos de compra da Administração Pública. No ano de 2007 eram cadastradas 7.610 ME, 5.304 EPP e 2.095 PF, saltando para 44.150 ME, 118.830 EPP e 41.839 PF. Tais aumentos são de aproximadamente 8 a 20 vezes o número inicial.

4.1. ORIGEM X DESTINO DOS MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS

Depreende-se dos números apresentados anteriormente, uma maior desconcentração das compras públicas frente a grandes fornecedores, evidenciando o papel do Estado como um patrocinador importante dos pequenos negócios.

Tal desconcentração, é estimuladora da economia local, pois, foi verificado que a maior parte das compras¹⁸ públicas, realizadas por unidades de compras – UASGs de uma Unidade da Federação, são provenientes de fornecedores da própria Unidade da Federação.

Com exemplo, verificou-se que para o Distrito Federal, o maior volume de compras, teve como origem, fornecedores do próprio DF, 25%, seguido de fornecedores de São Paulo com 22%. Percentual semelhante, foi verificado no Estado do Mato Grosso, onde a aquisição dentro do próprio Estado representou 27%, e São Paulo apareceu em segundo lugar com 22%.

Dentre os Estados participantes da Rede, verificou-se que São Paulo, aparece sempre na segunda colocação de maior fornecedor para os demais Estados e Minas Gerais está sempre entre os 5 maiores Estados fornecedores.

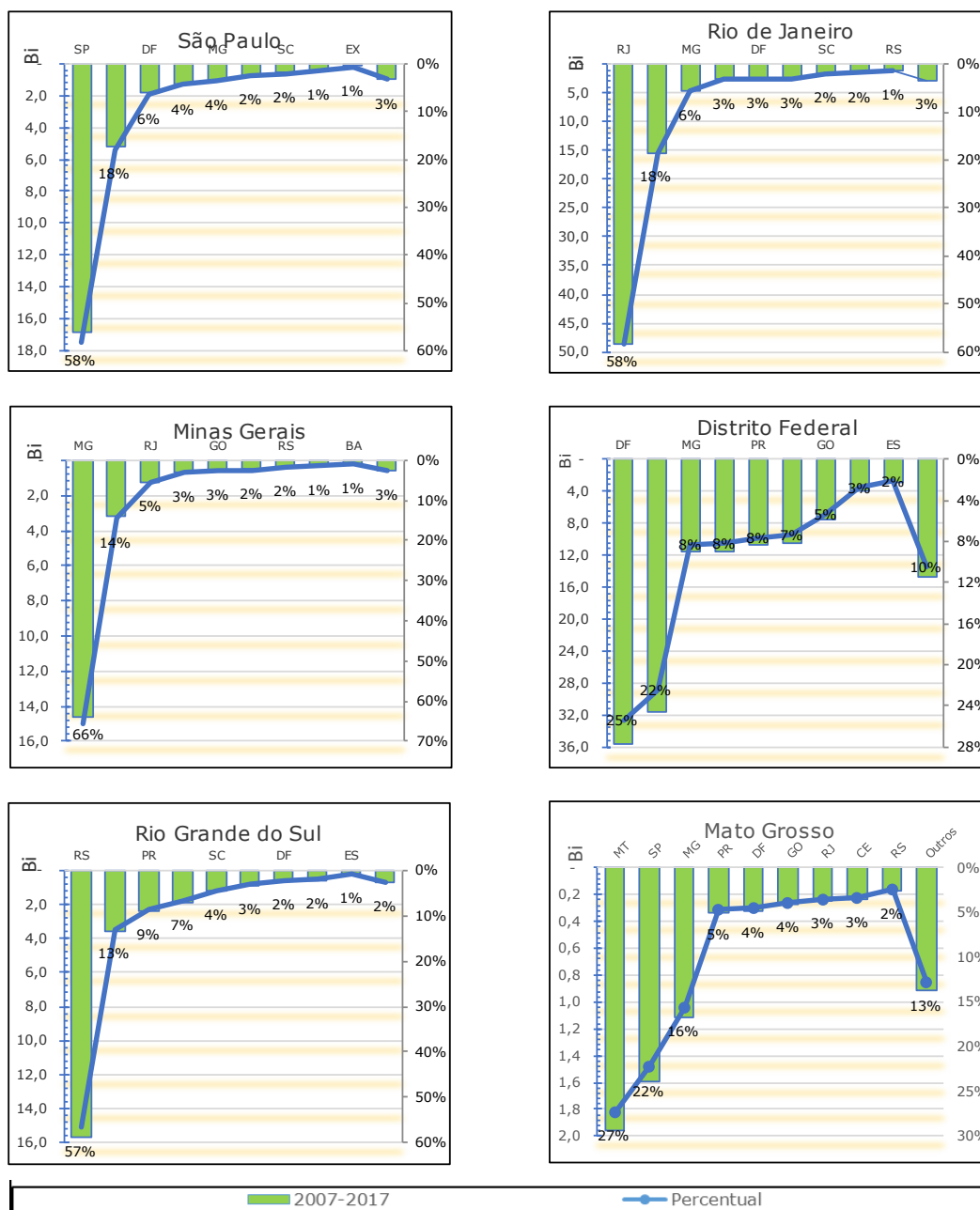
¹⁷ Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações.

¹⁸ Volume de compras constantes no Sistema Comprasnet, não abrangendo sistemas dos parceiros da Rede.

Os Estados da Rede com os Maiores PIBs (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), adquirem em média 59,75% das compras públicas, a partir de fornecedores do próprio Estado. Já para o Distrito Federal e o Estado de Mato Grosso, essa média percentual cai para 26%.

Em uma visão geral do Brasil¹⁹ a média de todos os Estados no período de 2007 a 2017, foi de 42,3% para aquisições intra-Estado e 57,7% para aquisições fora do Estado. Ou seja, ainda, há um grande margem para que empresas locais sejam estimuladas a participar cada vez mais das licitações públicas.

Unidades da Federação de origem dos fornecedores, a partir dos 10 maiores volumes adquiridos no período de 2007 a 2017.



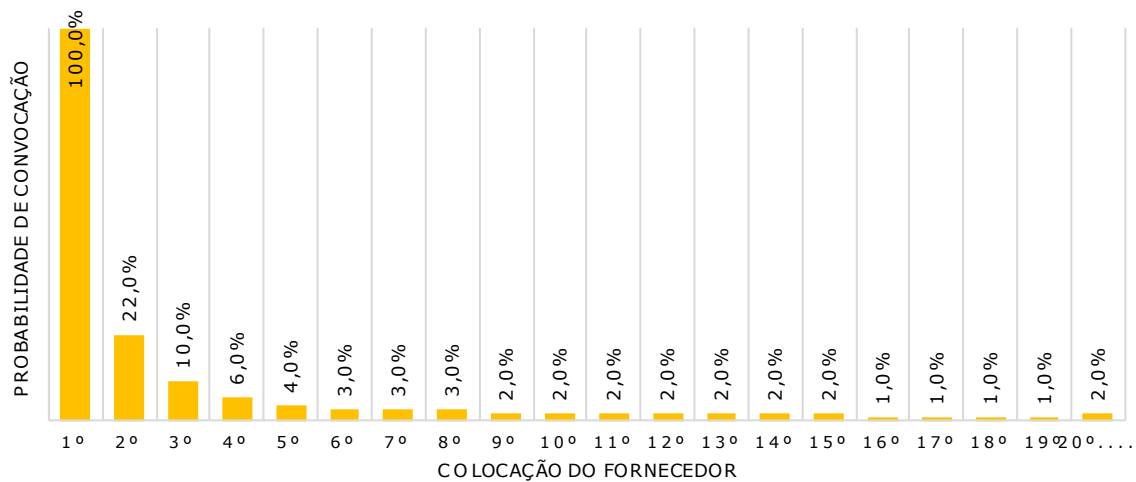
Fonte: Painel Comprasnet

¹⁹ Vide Anexo: TABELA COM HISTÓRICO DE COMPRAS DE FORNECEDORES DENTRO DA PRÓPRIA UF E FORA DA UF, EM PERCENTUAL

4.2. PROBABILIDADE DE GANHO DO FORNECEDOR NO PROCESSO LICITATÓRIO

Consulta ao banco de dados do Comprasnet, realizada por consultor da empresa CDS-SAS, verificou a probabilidade de Convocação do Fornecedor a partir da sua colocação no processo licitatório, conforme demonstrado abaixo.

Probabilidade de convocação do fornecedor contemplado no processo licitatório, conforme melhor lance efetuado.



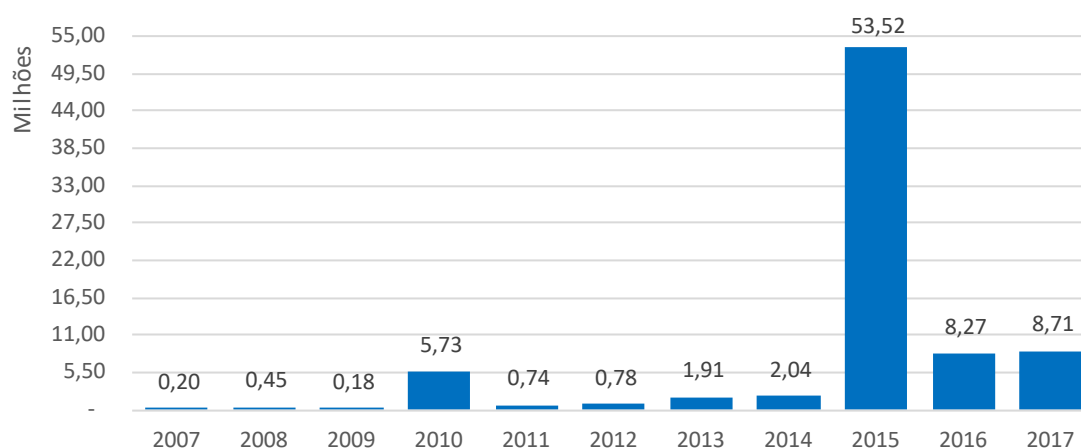
Fontes: SAS período 2015-2017

Tal gráfico demonstra que, é interessante para os fornecedores buscarem melhorar suas propostas, visando ficar o mais próximo possível na primeira colocação do processo licitatório, tendo em vista que mesmo não propondo o maior lance há chances de ser convocado.

5. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A preocupação mundial com meio ambiente vem se traduzindo de várias forma nas compras públicas. Como exemplo, o Governo Federal lançou normativo (Decreto nº 7.746 de junho de 2012), privilegiando a aquisição de produtos sustentáveis, bem como vem estimulando os órgão a aderirem a formas de minimizar os impactos no meio ambiente, como a utilização de energia solar, coleta seletiva de resíduos entre outros.

Total de compras de materiais e serviços relacionados a captação de Energia Solar.



Fonte: DW Comprasnet



Quanto a Energia Solar, verificou-se um aumento gradativo nas compras que envolvem essa tecnologia, com uma grande aquisição no ano de 2015, por parte do Comando do Exército²⁰. Outras aquisições de grande relevância foram realizadas pelo Poder Judiciário, sendo a maior dela para o TSE²¹ em 2016, onde foi instalada usina geradora de

O Ministério da Saúde realizou em 2013, uma aquisição de aproximadamente R\$ 1,2 milhão de materiais e serviços para instalação de painéis fotovoltaicos em Roraima, destinados a tribos indígenas. Identificou-se, ainda, uma tendência crescente de compras relacionadas a esse item por parte de Instituto Federais de Educação e de Universidades.

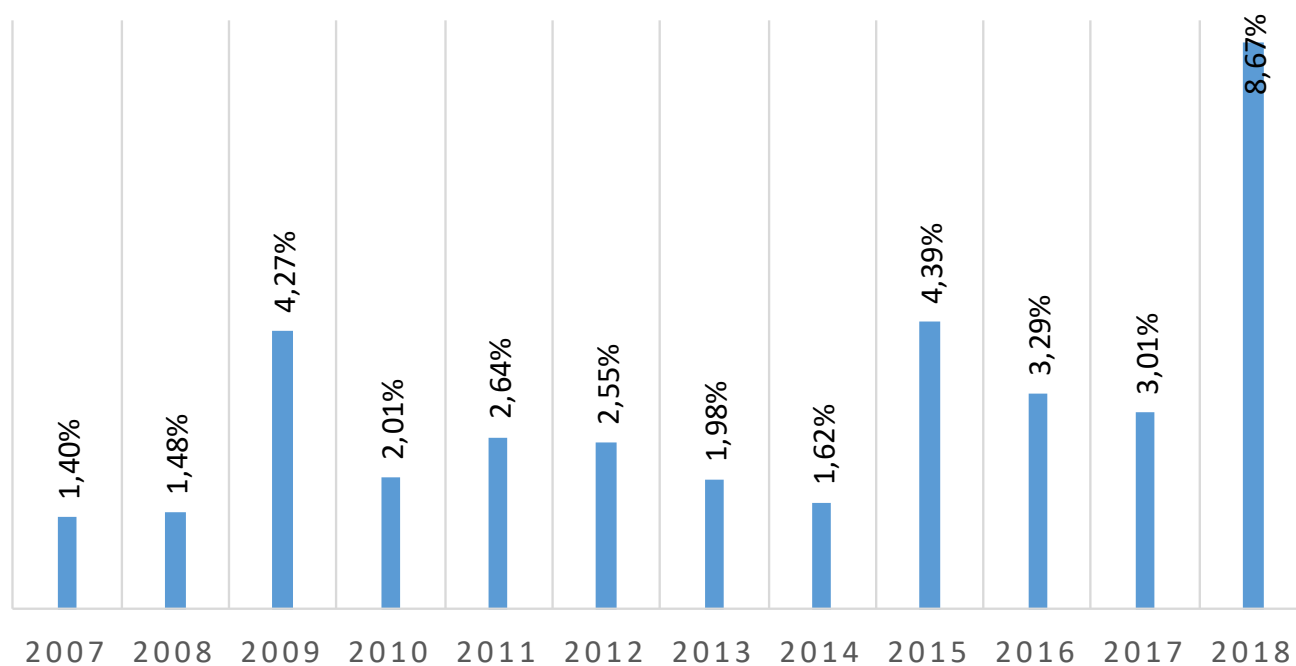
*Fonte: Relatório Defesa & Meio Ambiente. Ministério da Defesa.

²⁰ <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/221-inauguracao-do-sistema-de-seguranca-energetica-no-qgex>

²¹ <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Novembro/presidente-do-tse-inaugura-usina-de-energia-sustentavel>

Outro ponto de relevância importância ambiental é a necessidade constante dos cuidados com os recursos naturais em especial o recurso hídrico. Políticas que visem a utilização racional desse recursos, uma vez que diversas cidades brasileiras apresentaram nos últimos anos problemas com escassez de fornecimento de água, vem sendo amplamente implantadas pelos órgãos da União.

Evolução percentual de Compras de Torneiras Hidromecânicas em relação do total de torneiras adquiridas.



Fonte: DW Comprasnet

Assim, uma das formas encontrada para otimizar a utilização da água nos órgãos públicos é a gradativa substituição de torneiras manuais por torneiras hidromecânicas (temporizadas) que chegam a economizar²² entre 35% e 80% em comparação com as torneiras convencionais. A evolução da utilização desse tipo de torneira se observa com clareza no gráfico acima.

6. AGRICULTURA FAMILIAR

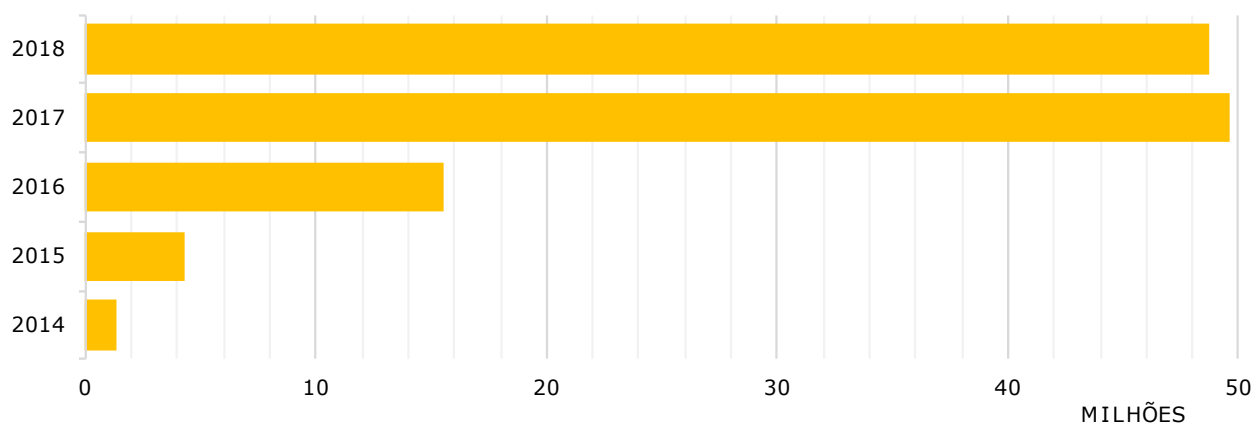
Atualmente o Governo Federal através da Lei 11.947/2009 (Agricultura Familiar – PNAE) e da Lei 12.512/2011 (Agricultura Familiar – PAA – CI), incentiva órgãos públicos a adquirirem alimentos provenientes da agricultura familiar, ou empreendimento familiar ou organizações constituídas por agricultores familiar.

De 2014, início dos registros no Comprasnet, até 2018²³, os valores de compras, registrados nessas modalidades cresceram mais de 36 vezes, sendo que em 56% dos casos a compra foi via Lei 12.512/2011 e o restante, 44% via Lei 11.947/2009.

²² <http://g1.globo.com/sao-paulo/blog/como-economizar-agua/post/como-economizar-agua-instalando-torneiras-inteligentes.html>

²³ Os dados referentes a 2018 contemplam as compras até o dia 31/08/2018, inclusive.

Aquisição de alimentos através de incentivos Lei 11.947/2009 e Lei 12.512/2011, valor total homologado (Milhões de R\$).

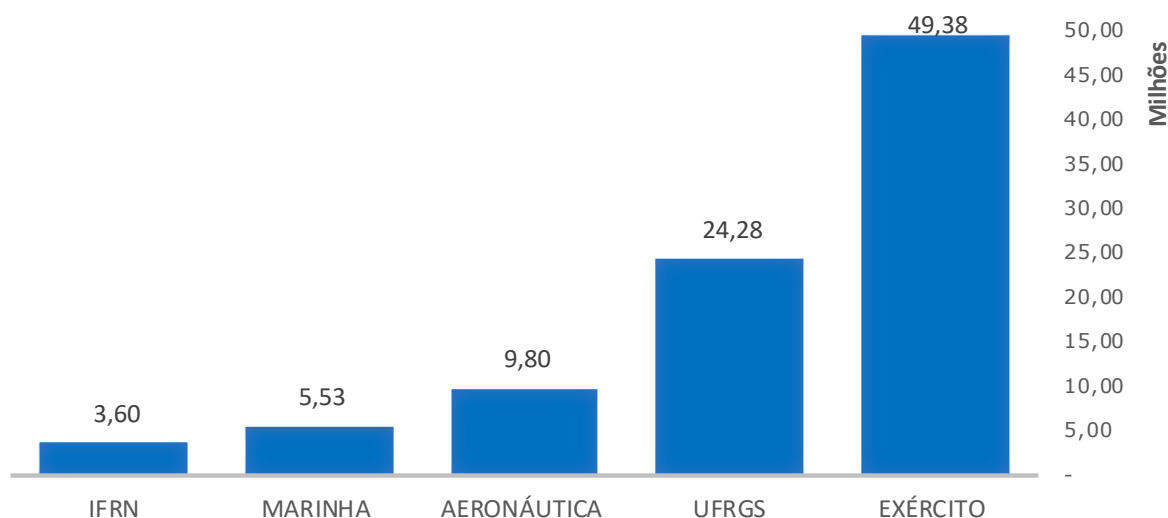


Obs.: Os dados referentes a 2018 contemplam as compras até o dia 15/10/2018, inclusive.
Fonte: DW Comprasnet

Dentre os diversos órgãos que adquiriram alimentos nessas modalidades os que mais adquiriram em termos numéricos foram os Institutos Federais de Educação representando 52,63%, em seguida surgem as Universidades Federais com 28,07% do total de órgãos que adquiriram por esses 2 programas.

Em termos de valores o Comando do Exército é o órgão que mais adquiriu nessas modalidade, seguido da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Aeronáutica, Marinha e Instituto Federal do Rio Grande do Norte.

Cinco Órgãos que mais compraram alimentos da Agricultura Familiar.



7. ANEXOS

7.1. TABELA COM HISTÓRICO DE COMPRAS DE FORNECEDORES DENTRO DA PRÓPRIA UF E FORA DA UF, EM PERCENTUAL.

UF	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018	
	↓ UF	Fora UF	↓ UF	Fora UF	↓ UF	Fora UF	↓ UF	Fora UF	↓ UF	Fora UF	↓ UF	Fora UF	↓ UF	Fora UF	↓ UF	Fora UF	↓ UF	Fora UF	↓ UF	Fora UF	↓ UF	Fora UF	↓ UF	Fora UF
AC	41,0%	59,0%	25,0%	75,0%	20,2%	79,8%	42,8%	57,2%	36,7%	63,3%	32,7%	67,3%	17,1%	82,9%	31,8%	68,2%	42,4%	57,6%	34,3%	65,7%	30,1%	69,9%	55,2%	44,8%
AL	24,0%	76,0%	42,3%	57,7%	23,4%	76,6%	26,2%	73,8%	27,1%	72,9%	43,3%	56,7%	9,8%	90,2%	23,3%	76,7%	28,7%	71,3%	19,4%	80,6%	10,4%	89,6%	44,3%	55,7%
AM	12,1%	87,9%	59,7%	40,3%	52,7%	47,3%	40,5%	59,5%	53,9%	46,1%	55,1%	44,9%	56,6%	43,4%	56,6%	73,0%	27,0%	51,8%	48,2%	45,3%	54,7%	63,4%	36,6%	63,4%
AP	51,6%	48,4%	54,1%	45,9%	65,6%	34,4%	56,4%	43,6%	53,4%	46,6%	24,9%	75,1%	1,4%	98,6%	48,3%	51,7%	45,6%	54,4%	42,8%	57,2%	57,1%	42,9%	36,1%	63,9%
BA	30,4%	69,6%	85,3%	14,7%	45,2%	54,8%	35,8%	64,2%	40,4%	59,6%	46,7%	53,3%	39,6%	60,4%	50,4%	49,6%	46,6%	53,4%	29,8%	70,2%	38,8%	61,2%	36,2%	63,8%
CE	27,4%	72,6%	34,9%	65,1%	47,9%	52,1%	40,4%	59,6%	37,2%	62,8%	41,1%	58,9%	43,5%	56,5%	45,2%	54,8%	38,1%	61,9%	46,8%	53,2%	41,5%	58,5%	48,3%	51,7%
DF	29,9%	70,1%	26,0%	74,0%	28,9%	71,1%	27,5%	72,5%	21,7%	78,3%	16,7%	83,3%	18,8%	81,2%	26,8%	73,2%	40,5%	59,5%	31,1%	68,9%	25,1%	74,9%	24,5%	75,5%
ES	50,9%	49,1%	41,2%	58,8%	71,8%	28,2%	49,8%	50,2%	39,1%	60,9%	38,0%	62,0%	45,0%	55,0%	45,6%	54,4%	36,6%	63,4%	34,0%	66,0%	43,8%	56,2%	32,3%	67,7%
GO	41,6%	58,4%	50,4%	49,6%	23,0%	77,0%	30,0%	70,0%	48,8%	51,2%	45,9%	54,1%	38,5%	61,5%	48,6%	51,4%	38,1%	61,9%	46,4%	53,6%	38,9%	61,1%	59,0%	41,0%
MA	40,5%	59,5%	79,9%	20,1%	40,4%	59,6%	37,2%	62,8%	38,9%	61,1%	27,3%	72,7%	32,7%	67,3%	31,0%	69,0%	37,5%	62,5%	31,9%	68,1%	29,4%	70,6%	28,2%	71,8%
MG	47,0%	53,0%	50,8%	49,2%	46,1%	53,9%	49,5%	50,5%	54,2%	45,8%	43,5%	56,5%	57,7%	42,3%	57,7%	44,8%	55,2%	44,3%	55,7%	48,9%	51,1%	10,9%	89,1%	42,7%
MS	95,3%	4,7%	51,0%	49,0%	40,4%	59,6%	58,7%	41,3%	53,2%	46,8%	45,8%	54,2%	51,4%	48,6%	51,7%	48,3%	41,1%	58,9%	45,2%	54,8%	34,9%	65,1%	37,6%	62,4%
MT	47,9%	52,1%	8,0%	92,0%	15,8%	84,2%	47,9%	52,1%	46,5%	53,5%	47,0%	53,0%	44,8%	55,2%	43,4%	56,6%	19,0%	81,0%	46,2%	53,8%	31,2%	68,8%	22,6%	77,4%
PA	22,9%	77,1%	40,5%	59,5%	46,1%	53,9%	59,5%	40,5%	53,1%	46,9%	53,6%	46,4%	42,2%	57,8%	38,7%	61,3%	53,6%	46,4%	49,0%	51,0%	45,0%	55,0%	46,2%	53,8%
PB	25,6%	74,4%	28,7%	71,3%	66,3%	33,7%	19,3%	80,7%	15,9%	84,1%	32,1%	67,9%	38,1%	61,9%	38,5%	61,5%	27,9%	72,1%	20,7%	79,3%	22,5%	77,5%	37,9%	62,1%
PE	20,0%	80,0%	58,8%	41,2%	25,2%	74,8%	45,7%	54,3%	69,4%	30,6%	69,4%	62,1%	37,9%	62,1%	52,6%	47,4%	48,6%	51,4%	49,7%	50,3%	38,7%	61,3%	30,8%	69,2%
PI	21,7%	78,3%	21,2%	78,8%	12,1%	87,9%	27,7%	72,3%	33,4%	66,6%	36,4%	63,6%	39,8%	60,2%	38,5%	61,5%	35,9%	64,1%	32,8%	67,2%	32,4%	67,6%	27,4%	72,6%
PR	59,9%	40,1%	51,6%	48,4%	69,7%	30,3%	43,5%	56,5%	51,8%	48,2%	47,2%	52,8%	54,1%	45,9%	54,8%	45,2%	54,8%	47,6%	52,4%	47,1%	52,9%	49,6%	50,4%	
RJ	49,7%	50,3%	56,8%	43,2%	60,6%	39,4%	60,6%	39,4%	60,6%	67,8%	32,2%	59,9%	40,1%	55,3%	44,7%	55,3%	39,6%	60,4%	56,7%	43,3%	48,7%	51,3%	46,7%	53,3%
RN	49,6%	50,4%	44,1%	55,9%	42,2%	57,8%	44,0%	56,0%	41,7%	58,3%	34,3%	65,7%	37,1%	62,9%	37,5%	62,5%	39,6%	60,4%	38,4%	61,6%	50,4%	49,6%	32,2%	67,8%
RO	42,8%	57,2%	43,2%	56,8%	45,5%	54,5%	34,7%	65,3%	37,4%	62,6%	45,8%	54,2%	47,6%	52,4%	50,0%	50,0%	29,2%	70,8%	35,7%	64,3%	35,2%	64,8%	27,7%	72,3%
RR	25,9%	74,1%	6,5%	93,5%	37,6%	62,4%	41,5%	58,5%	47,2%	52,8%	46,7%	53,3%	46,3%	53,7%	49,7%	50,3%	42,8%	57,2%	42,5%	57,5%	33,4%	66,6%	33,3%	66,7%
RS	57,5%	42,5%	54,8%	45,2%	65,2%	34,8%	63,8%	36,2%	64,2%	35,8%	63,2%	36,8%	44,5%	55,5%	59,2%	40,8%	52,4%	47,6%	64,3%	35,7%	48,1%	51,9%	43,8%	56,2%
SC	44,4%	55,6%	2,2%	97,8%	30,7%	69,3%	53,1%	46,9%	45,1%	54,9%	46,6%	53,4%	34,2%	65,8%	37,5%	62,5%	36,6%	63,4%	39,1%	60,9%	48,2%	51,8%	40,7%	59,3%
SE	52,4%	47,6%	92,4%	7,6%	37,2%	62,8%	51,3%	48,7%	57,6%	42,4%	32,8%	67,2%	42,7%	57,3%	32,4%	67,6%	31,7%	68,3%	32,5%	67,5%	24,4%	75,6%	33,1%	66,9%
SP	71,6%	28,4%	54,1%	45,9%	78,8%	21,2%	58,6%	41,4%	48,6%	51,4%	63,8%	36,2%	62,6%	37,4%	36,4%	63,6%	60,2%	39,8%	55,8%	44,2%	64,0%	36,0%	73,1%	26,9%
TO	41,9%	58,1%	32,4%	67,6%	36,7%	63,3%	34,2%	65,8%	2,0%	98,0%	33,2%	66,8%	2,8%	97,2%	29,3%	70,7%	34,2%	65,8%	36,9%	63,1%	36,5%	63,5%	53,4%	46,6%

7.2. RELAÇÃO DE ÓRGÃOS CADASTRADOS NO SISTEMA COMPRASNET EM 2018.

Órgão Superior			
CAMARA DOS DEPUTADOS	CONS REG. DE MEDICINA DE PERNAMBUCO	CONS REG. DE ENFERMAGEM DO CEARA	MINISTERIO DA JUSTICA
CIAD E ENTREPÓSTOS E ARMAZENS GER DE S.PAULO	CONS REG. DE MEDICINA DO ESTADO DA PB	CONS REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA	MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
CONS REG DE CORRET DE IMOVEIS 6ª REG	CONS REG. DE MEDICINA DO ESTADO DO TO	CONS REG. DE FARMACIA	MINISTERIO DA SAUDE
CONS REG DE CORRET DE MÓVEIS DA 2ª REGIÃO	CONS REG. DE NUTRICIONISTAS DA 3ª REGIÃO	CONS REG. DE FARMACIA DO ACRE	MINISTERIO DAS CIDADES
CONS REG DE FISIOTERAPIA TERAPIA OCUPACIONAL	CONS REG. DE NUTRICIONISTAS DA 6ª REGIÃO	CONS REG. DE FARMACIA DO CEARA	MINISTERIO DAS COMUNICACOES
CONS REG. DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS	CONS REG. DOS REP. COMERCIAIS PARANÁ	CONS REG. DE FARMACIA DO ESTADO DO MT	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES
CONS. REG DOS REP. COMERCIAIS DE SC	CONS REG. EDUCAÇÃO FISICA 12ª REGIÃO	CONS REG. DE FARMACIA DO PARANA	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
CONS. REG. DE CORRETORES DE IMOVEIS DE MG	CONS REG. ENG. E AGRONOMIA DE MG	CONS REG. DE MEDICINA VETERINARIA DF	MINISTERIO DEFESA
CONS.REG.DE FISE TERAPIA OCUP.DA 13ª RG	CONS REG. ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PR	CONS REG. DE MEDICINA VETERINARIO GO	MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR
CONS DE ARQT E URBANISMO DO BRASIL	CONS REG. ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RJ	CONS REG. DE ODONTOLOGIA DE MG	MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME
CONS DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SC	CONS REG. FISO. TERAPIA OCUPACIONAL	CONS REG. DE ODONTOLOGIA DE SÃO PAULO	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
CONS DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MG	CONS REG. DE ENFERMAGEM DE STA CATARINA	CONS REG. DE ODONTOLOGIA SCATARINA	MINISTERIO DO ESPORTE
CONS DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RS	CONS REG. DE ENG. ARQ. E AGRON. DO DF	CONS REG. DE QUIMICA DA 9ª REGIÃO	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
CONS DOS REP. COM. NO EST. DE SP	CONS REG. DE ENG. ARQ. E AGRON. DO M. GROSSO	CONS REG. DOS REP. COMERCIAIS DE MG	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, DESENV. E GESTÃO
CONS FED. DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS	CONS REG. DE ADMINISTRAÇÃO	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
CONS FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO DF	CONS REG. DE ADMINISTRAÇÃO BA	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
CONS FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA	CONS REG. DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE	JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	MINISTERIO DO TURISMO
CONS FEDERAL DE MEDICINA	CONS REG. DE ADMINISTRAÇÃO DO PR	JUSTICA DO TRABALHO	MINISTERIO DOS TRANSPORTES
CONS FEDERAL DE PSICOLOGIA	CONS REG. DE ADMINISTRAÇÃO DO RJ	JUSTICA ELEITORAL	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
CONS FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL CFESS	CONS REG. DE ADMINISTRAÇÃO SC	JUSTICA FEDERAL	MINSTERIO DOS DIREITOS HUMANOS
CONS REG DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO	CONS REG. DE BIOLOGIA 1 REGIÃO	JUSTICA MILITAR	PRESIDENCIA DA REPUBLICA
CONS REG DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS	CONS REG. DE CONTABILIDADE DE SC	MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONS REG. DE CONTABILID. DE MINAS GERAIS	CONS REG. DE ENFERMAGEM-RN	MINISTÉRIO DA TRANS, FISCALIZAÇÃO E CGU	SENADO FEDERAL
CONS REG. DE CONTABILIDADE DE RONDONIA	CONS REG. DE ENFERMAGEM DE GOIÁS	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA
CONS REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RS	CONS REG. DE ENFERMAGEM DE SERGIPE	MINISTERIO DA CULTURA	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
CONS REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA RN	CONS REG. DE ENFERMAGEM DO AMAPÁ	MINISTERIO DA EDUCACAO	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO
CONS REG. DE FARMACIA DO RIO DE JANEIRO	CONS REG. DE ENFERMAGEM DO AMAZONAS	MINISTERIO DA FAZENDA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONS REG. DE FARMACIA EST. DE SAO PAULO	CONS REG. DE ENFERMAGEM DO DF	MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AMAZONAS



BOLETIM DE COMPRAS PÚBLICAS